



ATLÂNTICO EUROPA, SGPS, S.A.

Relatório e Contas

2013

## ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 EM BASE CONSOLIDADA.....	3
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9

# ATLÂNTICO EUROPA, SGPS, S.A.

## Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 em Base Consolidada

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

Atlântico Europa, SGPS, S.A.  
Balanços em Base Consolidada em  
31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2013			2012	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2013	2012
		Activo Bruto	Imparidades e amortizações	Activo líquido					
<b>Activo</b>						<b>Passivo</b>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.1	12.151.878	-	12.151.878	6.071.742	Recursos de Bancos centrais	4.11	166.277.860	127.032.583
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.2	31.870.703	-	31.870.703	3.860.950	Passivos financeiros detidos para negociação	4.3	225.872	826.821
Activos financeiros detidos para negociação	4.3	77.680	-	77.680	-	Recursos de outras instituições de crédito	4.12	108.450.679	58.461.655
Activos financeiros disponíveis para venda	4.4	208.015.640	-	208.015.640	189.140.410	Recursos de clientes e outros empréstimos	4.13	95.992.296	88.312.168
Aplicações em instituições de crédito	4.4	86.586.533	(30.876)	86.555.657	65.169.473	Provisões	4.14	838.388	-
Crédito a clientes	4.6 e 4.14	74.737.538	(1.520.762)	73.216.776	49.108.133	Passivos por impostos correntes	4.15	524.236	179.809
Outros activos tangíveis	4.7	5.380.282	(710.081)	4.670.201	4.467.310	Passivos por impostos diferidos	4.15	480.934	656.799
Activos intangíveis	4.8	1.577.883	(1.130.369)	447.514	533.900	Outros passivos	4.16	3.868.052	2.034.817
Activos por impostos correntes	4.9	268.366	-	268.366	27.938	<b>Total do Passivo</b>		<b>376.658.317</b>	<b>277.504.652</b>
Activos por impostos diferidos	4.9	125.810	-	125.810	964.947	Capital	4.18	50.000.000	50.000.000
Outros activos	4.10	8.086.365	(117.873)	7.968.492	6.119.431	Reservas de reavaliação	4.19	972.862	1.825.308
						Outras reservas e resultados transitados	4.19	(3.872.939)	(4.332.506)
						Resultado líquido consolidado do exercício	4.19	1.609.294	459.634
						<b>Capitais próprios atribuíveis ao grupo</b>		<b>48.709.217</b>	<b>47.952.436</b>
						Interesses que não controlam		1.183	7.146
<b>Total do Activo</b>		<b>428.878.678</b>	<b>(3.509.961)</b>	<b>425.368.717</b>	<b>325.464.234</b>	<b>Total do Capital próprio</b>		<b>48.710.400</b>	<b>47.959.582</b>
						<b>Total do Passivo + Capital próprio</b>		<b>425.368.717</b>	<b>325.464.234</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Atlântico Europa, SGPS, S.A.

## Demonstrações dos Resultados Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	(Montantes expressos em Euros)		
	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares		11.498.764	8.947.630
Juros e encargos similares		(2.855.580)	(2.498.421)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>4.20</b>	<b>8.643.184</b>	<b>6.449.209</b>
Rendimentos de serviços e comissões	4.21	1.398.172	928.587
Encargos com serviços e comissões	4.21	(187.845)	(113.103)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda e detidos até a maturidade	4.22	5.930.284	813.434
Ganhos e perdas de reavaliação cambial	4.22	2.711.883	1.662.938
Ganhos e perdas em activos financeiros avaliados ao justo valor por resultados	4.22	(2.124.604)	(826.821)
Outros resultados de exploração	4.23	3.307.551	3.278.294
<b>Produto Bancário</b>		<b>19.678.625</b>	<b>12.192.538</b>
Custos com pessoal	4.24	(6.470.972)	(4.672.994)
Gastos gerais administrativos	4.25	(7.690.065)	(5.415.411)
Amortizações do exercício	4.7 e 4.8	(659.411)	(743.615)
Imparidade de crédito e outros activos	4.14	(1.724.434)	(347.107)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>3.133.743</b>	<b>1.013.411</b>
Impostos			
Correntes	4.26	(685.313)	(305.067)
Diferidos	4.26	(839.136)	(248.710)
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO GRUPO</b>		<b>1.609.294</b>	<b>459.634</b>
Interesses que não controlam		(2.423)	7.146
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>		<b>1.606.871</b>	<b>466.780</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Atlântico Europa, SGPS, S.A.  
Demonstrações do Rendimento Integral  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	(Montantes expressos em Euros)	
	2013	2012
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>	<b>1.606.871</b>	<b>466.780</b>
Reavaliação dos activos financeiros disponíveis para venda	(729.637)	2.478.487
Reavaliação de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(293.274)	-
Diferenças cambiais de conversão	(5.400)	3.620
Impacto fiscal	175.865	(656.799)
<b>RESULTADO NÃO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>(852.446)</b>	<b>1.825.308</b>
<b>RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO</b>	<b>754.425</b>	<b>2.292.088</b>

Atlântico Europa, SGPS, S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	(Montantes expressos em Euros)	
	2013	2012
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de juros e comissões	12.896.936	9.876.217
Pagamentos de juros e comissões	(3.043.425)	(2.611.524)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(14.161.037)	(10.088.405)
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	9.825.114	4.927.845
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais</b>	<b>5.517.588</b>	<b>2.104.133</b>
<b>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:</b>		
Aplicações em instituições de crédito	(21.422.467)	35.946.887
Crédito a clientes	(24.432.673)	(24.953.740)
Outros activos	(1.359.463)	232.008
	(47.214.603)	11.225.155
<b>Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de Bancos centrais	39.255.529	127.000.000
Recursos de outras instituições de crédito	49.981.966	31.930.804
Recursos de clientes	7.991.951	(136.774.875)
Outros passivos	(428.884)	5.606.634
	96.800.562	27.762.563
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>55.103.547</b>	<b>41.091.851</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
(Aquisições) e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(427.499)	(4.176.995)
(Aquisições) e alienações de activos financeiros disponíveis para venda	(20.586.159)	(34.321.351)
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>(21.013.658)</b>	<b>(38.498.346)</b>
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	34.089.889	2.593.505
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9.932.692	7.339.187
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (notas 4.1 e 4.2)</b>	<b>44.022.581</b>	<b>9.932.692</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Atlântico Europa, SGPS, S.A.

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio Consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>50.000.000</b>	-	-	<b>(2.848.250)</b>	<b>(1.484.256)</b>	-	<b>45.667.494</b>
Aplicação dos resultados de 2011:							
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(1.484.256)	1.484.256	-	-
Rendimento integral do exercício	-	-	1.825.308	-	459.634	7.146	2.292.088
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>50.000.000</b>	-	<b>1.825.308</b>	<b>(4.332.506)</b>	<b>459.634</b>	<b>7.146</b>	<b>47.959.582</b>
Aplicação dos resultados de 2012:							
Transferência para resultados transitados	-	-	-	459.567	(459.634)	-	(67)
Rendimento integral do exercício	-	-	(852.446)	-	1.609.294	(2.423)	754.425
Aquisição de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(3.540)	(3.540)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>50.000.000</b>	-	<b>972.862</b>	<b>(3.872.939)</b>	<b>1.609.294</b>	<b>1.183</b>	<b>48.710.400</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# ATLÂNTICO EUROPA, SGPS, S.A.

## Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 em Base Consolidada

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

## 1. Nota Introdutória

A Atlântico Europa, SGPS, S.A. (Sociedade ou Atlântico Europa SGPS ou Grupo) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituída em 8 de Outubro de 2008, tendo iniciado a sua atividade em 23 de Outubro de 2008.

A Atlântico Europa SGPS tem por objeto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta do exercício de atividades económicas. Em 31 de Dezembro de 2013, a Sociedade detém as seguintes participações diretas:

- Uma participação de 100% do capital do Banco Privado Atlântico-Europa, S.A. (Banco ou BPAE). O Banco iniciou a sua atividade em Agosto de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade bancária;
- Uma participação de 100% do capital da Atlântico Europa Capital, SGPS, S.A.. Esta sociedade foi constituída em 27 de Julho de 2009 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Adicionalmente, através do Banco e da Atlântico Europa Capital, SGPS, S.A., o grupo detém as seguintes participações indiretas:

Atlântico Europa Capital Lux, SARL	Luxemburgo	100,00%
Angola Growth SICAV - FIS	Luxemburgo	96,25%
Angola Growth Management, SA	Luxemburgo	100,00%
Advisory Partners, SARL	Luxemburgo	100,00%
Atlantico Asset Management S.à r.l.	Luxemburgo	100,00%
Atlantico Investment Strategies Management, S.à r.l.	Luxemburgo	100,00%
Atlantico Investment Strategies SCA SICAV - SIF	Luxemburgo	100,00%

A informação adicional sobre as empresas incluídas na consolidação encontra-se divulgada na Nota 3.

As demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Maio de 2014.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de acionistas. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Todos os montantes apresentados neste anexo são apresentados em Euros (com arredondamento às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

## 2. Políticas Contabilísticas

### 2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e o Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

### 2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Atlântico Europa, SGPS, S.A. e as das entidades por si controladas, direta ou indiretamente (Nota 3) (“Grupo”).

Ao nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais a Sociedade exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efetuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “INTERESSES MINORITÁRIOS”.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Sociedade e das empresas filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

### 2.3. CONVERSÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA (IAS 21)

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

#### 2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

##### **a) Aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes, valores a receber de outros devedores e imparidade**

Esta categoria de ativos financeiros inclui, essencialmente, o crédito concedido a clientes e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo valor contratado.

Posteriormente, o crédito e os outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efetiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

##### Imparidade

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito e os créditos concedidos a clientes. A identificação de indícios de imparidade é efetuada de acordo com a natureza dos ativos.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base coletiva quanto a ativos financeiros homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, foram considerados pelo Grupo os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;

- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor; e
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos financeiros analisados individualmente, a perda por imparidade corresponderá à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de crédito, líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na demonstração dos resultados.

#### **b) Ativos financeiros disponíveis para venda (IAS 39)**

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Suprimentos e prestações suplementares de capital em ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e

cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, os quais permanecem registados ao custo, líquido de imparidade.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de reavaliação de justo valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais em ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o seu custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O IAS 39 identifica alguns eventos que considera como evidência objetiva de imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- Probabilidade de falência do emitente; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente.

Para além dos indícios de imparidade relativos a instrumentos de dívida acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emitente opera que indiquem que o custo do investimento pode não ser recuperado na totalidade; e
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado do ativo financeiro abaixo do custo de aquisição.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, a Sociedade avalia a existência de situações de evidência objetiva de imparidade que indiquem que o custo dos investimentos poderá não ser recuperável no médio prazo,

considerando a situação dos mercados e a informação disponível sobre os emitentes.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida de capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo são revertidas através de resultados se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

As variações cambiais de ativos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são registadas em reservas de reavaliação por diferenças cambiais. As variações cambiais dos restantes títulos são registadas em resultados.

#### **c) Ativos financeiros detidos até à maturidade (IAS 39)**

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a ATLANTICO Europa tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

#### **d) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)**

Esta categoria inclui ativos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Ganhos e perdas em ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são refletidos nas respetivas rubricas de “Juros e rendimentos similares”.

**e) Outros passivos financeiros (IAS 39)**

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação.

Esta categoria inclui recursos de Bancos Centrais, de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva.

**f) Justo valor (IAS 39)**

Conforme acima referido, os ativos financeiros enquadrados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro é o preço pelo qual uma transação ordenada de venda de um ativo ou de transferência de um passivo seria concretizada entre participantes de mercado na data de balanço.

O justo valor dos títulos é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos; e
- Preços (bid prices) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg.

O justo valor dos derivados é determinado com base nos seguintes critérios:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos;
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções

#### **g) Derivados e contabilidade de cobertura**

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

##### Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”;
- Derivados embutidos em instrumentos financeiros. Estes instrumentos são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal e desde que todo o instrumento não esteja contabilizado ao justo valor através de resultados.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício na rubrica de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. O justo valor positivo e negativo é registado no Balanço nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

## Contabilidade de cobertura

### i) Contabilidade de cobertura

A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara, no início da operação, documentação formal que inclui os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

### ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas em proveitos e custos do exercício, bem como as variações de justo valor dos elementos cobertos. Estas valorizações são refletidas nas rubricas onde se encontram registados os ativos e passivos. Quando a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos definidos na norma, os valores acumulados de variações de justo valor até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

### iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios na parte efetiva. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas em custos ou proveitos. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

Quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade é descontinuada prospectivamente, sendo variações de justo valor do derivado registadas na situação líquida:

- diferidas pelo prazo remanescente do elemento coberto; ou
- reconhecidas em custos ou proveitos, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados.

iv) Efetividade de cobertura

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização da contabilidade de cobertura, de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas onde se encontram registados esses ativos e passivos.

## 2.5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16 E IAS 17)

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, e que ascende em média a:

	Anos de vida útil
Despesas em edifícios arrendados	20
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5-10
Equipamento informático	3-4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8-10

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 - “Imparidade de ativos”, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

## 2.6. ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde em média a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

## 2.7. IMPOSTOS SOBRE LUCROS (IAS 12)

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou dos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

De acordo com o Artigo 14.º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC).

A derrama estadual é devida pelos sujeitos passivos que apurem um lucro tributável superior a 1.500.000 Euros sujeito e não isento de IRC. A taxa da derrama estadual

em 2012 foi fixada em 3% sobre o valor do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e até 10.000.000, e em 5% sobre o lucro tributável que exceda 10.000.000 Euros. Em 2013, a taxa de derrama estadual foi fixada em 3% sobre o valor do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e até 7.500.000, e em 5% sobre o lucro tributável que exceda este último valor.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base "Tier I" e complementares "Tier II" e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
  - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
  - Passivos por provisões;
  - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
  - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
  - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,07% e 0,00030%, respetivamente, em função do valor apurado.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

## 2.8. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (IAS 19)

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

A Sociedade e as suas participadas não subscreveram o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus colaboradores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2013, o Grupo não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.9. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões são desreconhecidas quando utilizadas ou quando a obrigação deixa de se observar.

## 2.10. RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa de juro efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa de juro efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

## 2.11. COMISSÕES

As comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação pelo método da taxa de juro efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de atos únicos.

## 2.12. OUTROS RENDIMENTOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Os rendimentos e receitas operacionais incluem, essencialmente, serviços prestados, nomeadamente, de apoio na estruturação e montagem de operações de financiamento em regime de subcontratação.

Os rendimentos associados a estes serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Outros resultados de exploração” ao longo do período da prestação do serviço ou, de uma só vez, caso se tratem de actos únicos.

## 2.13. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente dos clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

## 2.14. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

## 2.15. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, foi necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

As normas contabilísticas possibilitam, em algumas situações, tratamentos contabilísticos alternativos e os resultados reportados poderiam ser diferentes caso

fossem adotados tratamentos distintos. É convicção do Conselho de Administração que os critérios adotados são os mais apropriados e as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco em todos os aspetos materialmente relevantes.

#### DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, o registo de ativos por impostos diferidos é efetuado tendo por base projeções de resultados futuros elaboradas pelo Conselho de Administração do Grupo. No entanto, os resultados reais poderão divergir dos estimados.

#### DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, a Sociedade cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal. No entanto, sempre que considerado necessário, estas provisões são complementadas de forma a refletir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes.

Esta avaliação é efetuada de forma casuística pela Sociedade com base no conhecimento específico da realidade dos seus clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

#### 2.16. ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS (IAS/IFRS) OU REVISÃO DE NORMAS JÁ EMITIDAS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

IFRS 13 – MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR – A IFRS 13 proporciona uma fonte de orientação acerca da mensuração do justo valor, substituindo disposições que se encontravam dispersas em várias IFRS. Define justo valor como o preço pelo qual uma transação ordenada de venda de um ativo ou de transferência de um passivo seria concretizada entre participantes de mercado na data de balanço. A norma foi aplicada prospectivamente pelo Banco, não tendo a sua aplicação impactos significativos na mensuração dos seus ativos e passivos.

IAS 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (APRESENTAÇÃO DOS ITENS DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL) - As alterações à IAS 1 apenas tiveram impacto na apresentação da Demonstração do Rendimento Integral, separando os itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados e os itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados.

IAS 12 – EMENDA (RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS) - Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

IAS 19 – EMENDA (PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS) (2011) - Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas atuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos ativos do plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos/perdas atuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

IFRS 7 – EMENDA (2011) - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

As alterações às normas acima referidas não tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras apresentadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas pela União Europeia:

IFRS 10 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz um novo efeito de controlo que implica a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto). A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

IFRS 11 – ACORDOS CONJUNTOS - Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

IFRS 12 – DIVULGAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÕES NOOUTRAS ENTIDADES - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

IAS 27 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS (2011) - Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

IAS 28 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS (2011) - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

IAS 32 – EMENDA (2011) - Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação. A norma é aplicável nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

A Sociedade não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas ou interpretações nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, as quais não foram ainda adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013) - A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma

contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em Outro Rendimento Integral, ao invés de resultados.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adoção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não produzirá um impacto materialmente relevante para as mesmas.

### 3. Empresas do Grupo

Em 2013, os principais dados sobre a atividade da Sociedade e das suas subsidiárias, bem como o método de consolidação utilizado, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Atlântico Europa, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa	-	Integral
Banco Privado Atlântico Europa, S.A.	Banco	Lisboa	100%	Integral
Atlântico Europa Capital, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa	100%	Integral
Atlântico Europa Capital Lux S.à.r.l.	SGPS	Luxemburgo	100%	Integral
Advisory Partner S.à.r.l.	Serviços Financeiros	Luxemburgo	100%	Integral
Angola Growth S.C.A., SICAV-FIS	Fundo	Luxemburgo	96,25%	Integral
Angola Growth Management S.A.	SGPS	Luxemburgo	100%	Integral
Atlantico Asset Management S.à r.l.	SGPS	Luxemburgo	100%	Integral
Atlantico Investment Strategies Management, S.à r.l.	SGPS	Luxemburgo	100%	Integral
Atlantico Investment Strategies SCA SICAV - SIF	Fundo	Luxemburgo	100%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os dados financeiros mais significativos retirados das respetivas demonstrações financeiras individuais das empresas incluídas na consolidação, podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2013		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Atlântico Europa, SGPS, S.A.	50.077.436	49.602.455	( 86.424)
Banco Privado Atlântico Europa, S.A.	427.300.011	50.084.978	2.188.543
Atlântico Europa Capital, SGPS, S.A.	52.732	24.034	( 6.923)
Atlântico Europa Capital Lux S.à.r.l.	355.352	( 732.876)	( 755.730)
Advisory Partner S.à.r.l.	7.903	( 722)	( 32.790)
Angola Growth S.C.A., SICAV-FIS	73.939	31.537	( 64.576)
Angola Growth Management S.A.	33.922	12.491	( 34.202)
Atlantico Asset Management S.à r.l.	75.424	71.100	( 53.900)
Atlantico Investment Strategies Management, S.à r.l.	49.122	45.527	( 4.473)
Atlantico Investment Strategies SCA SICAV - SIF	41.535	( 3.144)	( 53.144)

Sociedade	2012		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Atlântico Europa, SGPS, S.A.	50.083.274	49.688.879	( 79.150)
Banco Privado Atlântico Europa, S.A.	326.181.809	48.450.207	701.084
Atlântico Europa Capital, SGPS, S.A.	42.286	30.957	( 4.965)
Atlântico Europa Capital Lux S.à.r.l.	299.064	22.854	( 13.254)
Adisory Partner S.à.r.l.	41.218	32.068	( 17.932)
Angola Growth S.C.A., SICAV-FIS	147.917	97.883	( 82.599)
Angola Growth Management S.A.	8.047	( 9.442)	( 43.548)

## 4. NOTAS

### 4.1. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa	181.652	227.869
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	11.970.226	5.843.873
	12.151.878	6.071.742

A rubrica DEPÓSITOS À ORDEM NO BANCO DE PORTUGAL inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% (2% até 18 de Janeiro de 2012) dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

### 4.2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Disponibilidades sobre Instituições de crédito no País</b>		
Depósitos à ordem	10.504.297	1.880.896
Outras disponibilidades	16.676	33.498
	<b>10.520.973</b>	<b>1.914.394</b>
<b>Disponibilidades sobre Instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	21.349.730	1.946.556
	<b>21.349.730</b>	<b>1.946.556</b>
	<b>31.870.703</b>	<b>3.860.950</b>

#### 4.3. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO respeitam à reavaliação positiva e negativa dos derivados, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as operações acima referidas encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3. f). Naquela data, o montante nocional e o valor contabilístico dos instrumentos financeiros derivados apresentam a seguinte desagregação:

	2013			2012		
	Montante nocional <sup>(1)</sup>	Valor de balanço		Montante nocional	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Mercado de balcão (OTC)						
. Swaps de divisas	52.228.954	44.642	(194.680)	-	-	-
. Operações cambiais a prazo	-	-	-	64.175.383	-	(826.821)
. Opções cambiais						
- Compradas	4.417.732	33.038	-	-	-	-
- Vendidas <sup>(2)</sup>	4.252.732	-	(31.192)	-	-	-
	8.670.464	33.038	(31.192)	-	-	-
	<b>60.899.418</b>	<b>77.680</b>	<b>(225.872)</b>	<b>64.175.383</b>	<b>-</b>	<b>(826.821)</b>

<sup>(1)</sup> No caso dos swaps e forwards foram considerados os valores activos.

<sup>(2)</sup> Correspondente a derivados embutidos em depósitos de Clientes.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2013				2012			
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	Total	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	Total
Mercado de balcão (OTC)								
. Swaps de divisas	50.828.954	1.400.000	-	52.228.954	-	-	-	-
. Operações cambiais a prazo	-	-	-	-	64.175.383	-	-	64.175.383
. Opções cambiais								
- Compras	-	-	4.417.732	4.417.732	-	-	-	-
- Vendas	-	-	4.252.732	4.252.732	-	-	-	-
	-	-	8.670.464	8.670.464	-	-	-	-
	50.828.954	1.400.000	8.670.464	60.899.418	64.175.383	-	-	64.175.383

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, todas as operações com instrumentos financeiros derivados foram contratualizadas com instituições financeiras, com exceção dos derivados embutidos.

## 4.4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de aquisição	Juros	Valor de balanço / Justo Valor	Mais-Valia (Nota 4.19)	Menos-Valia (Nota 4.19)
<b>Instrumentos de Divida</b>					
Obrigações de emissores publicos nacionais	91.400	759	101.609	2.714	-
Obrigações de emissores publicos estrangeiros	155.247.250	1.001.539	157.486.540	1.755.679	(129.697)
Obrigações de outros emissores nacionais					
Divida não subordinada	33.173.546	249.037	33.486.407	131.595	-
Obrigações de outros emissores estrangeiros					
Divida não subordinada	16.721.000	429.634	16.941.084	78.008	(89.449)
	<b>205.233.196</b>	<b>1.680.969</b>	<b>208.015.640</b>	<b>1.967.996</b>	<b>(219.146)</b>

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de aquisição	Juros	Valor de balanço / Justo Valor	Mais-Valia (Nota 4.19)	Menos-Valia (Nota 4.19)
<b>Instrumentos de Divida</b>					
Obrigações de emissores publicos nacionais	9.610.972	417.084	10.083.579	55.703	-
Obrigações de emissores publicos estrangeiros	121.372.400	1.526.119	124.851.571	1.953.052	-
Obrigações de outros emissores nacionais					
Divida não subordinada	45.481.895	684.425	46.406.870	243.426	(2.876)
Obrigações de outros emissores estrangeiros					
Divida não subordinada	7.534.985	34.223	7.798.390	229.182	-
	<b>184.000.252</b>	<b>2.661.851</b>	<b>189.140.410</b>	<b>2.481.363</b>	<b>(2.876)</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, de acordo com a análise efetuada pela Sociedade, não foram identificados títulos com imparidade.

## 4.5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Aplicações em outras Instituições de crédito no país</b>		
Aplicações a curto prazo	86.107.790	62.596.014
Juros a receber	3.952	9.135
	<b>86.111.742</b>	<b>62.605.149</b>
<b>Aplicações em outras Instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Aplicações a curto prazo	365.555	2.564.256
Outras aplicações	109.062	-
Juros a receber	174	68
	<b>474.791</b>	<b>2.564.324</b>
<b>Imparidade para aplicações em instituições de crédito (Nota 4.14)</b>	<b>(30.876)</b>	<b>-</b>
	<b>443.915</b>	<b>2.564.324</b>
	<b>86.555.657</b>	<b>65.169.473</b>

As APLICAÇÕES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS (excluindo juros a receber), em vigor em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentavam um prazo de vencimento residual com a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	85.882.407	62.096.014
De três a seis meses	700.000	500.000
	<b>86.582.407</b>	<b>62.596.014</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, as aplicações a prazo eram remuneradas a uma taxa média de 0,44%.

## 4.6. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Crédito não titulado</b>		
Interno		
Empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	223	9
Cartões de crédito	9.001	-
Contas correntes caucionadas	17.414.235	14.256.218
Outros fins	20.888.822	20.206.977
Particulares		
Descobertos em depósitos à ordem	3	164
Cartões de crédito	19.436	9.239
Contas correntes caucionadas	510.000	489.372
Outros fins	858.836	254.583
Ao Exterior		
Empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	1.844	23
Cartões de crédito	(520)	1.380
Contas correntes caucionadas	1.000.000	-
Outros fins	26.196.325	7.917.521
Particulares		
Descobertos em depósitos à ordem	32.286	-
Cartões de crédito	80.226	34.084
Outros fins	7.104.765	6.403.290
<b>Créditos e juros vencidos</b>	102.982	212.931
	<b>74.218.464</b>	<b>49.785.791</b>
<b>Juros e comissões associadas ao custo amortizado</b>		
Juros a receber	932.003	424.769
Comissões a receber	47.172	7.735
Receitas com rendimento diferido	(460.101)	(326.697)
	<b>519.074</b>	<b>105.807</b>
<b>Imparidade para riscos de crédito (Nota 4.14)</b>	<b>(1.520.762)</b>	<b>(783.465)</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, cerca de 17.316 mEuros e 10.750 mEuros de créditos concedidos a clientes, respetivamente, encontravam-se colateralizados com penhores de depósitos a prazo no Banco.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de CRÉDITO E JUROS VENCIDOS apresentava a seguinte antiguidade:

31 Dez. 13				
Antiguidade do vencido	Crédito			Provisão associada ao vencido
	Vencido	Vincendo	Total	
Até 30 dias	31.538	991.424	1.022.962	315
De 30 a 60 dias	30.764	985.565	1.016.329	19.452
De 61 a 180 dias	25.560	365	25.925	6.259
De 181 a 365 dias	15.120	-	15.120	11.352
	<b>102.982</b>	<b>1.977.354</b>	<b>2.080.336</b>	<b>37.378</b>

31 Dez. 12				
Antiguidade do vencido	Crédito			Provisão associada ao vencido
	Vencido	Vincendo	Total	
Até 30 dias	3.086	450.000	453.086	31
De 30 a 60 dias	209.845	4.547.522	4.757.367	20.984
	<b>212.931</b>	<b>4.997.522</b>	<b>5.210.453</b>	<b>21.015</b>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são apresentados na Nota 4.14.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os 5 maiores clientes representavam cerca de 48% e 55% da totalidade da carteira de crédito, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais de vencimento do CRÉDITO A CLIENTES (excluindo crédito e juros vencidos, juros e comissões associadas ao custo amortizado) apresentam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	21.982.034	4.444.151
De três meses a um ano	14.895.136	24.168.753
De um ano a cinco anos	6.073.867	20.959.956
Mais de cinco anos	31.164.445	-
	<b>74.115.482</b>	<b>49.572.860</b>

A composição da carteira de CRÉDITO A CLIENTES, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, por sectores de atividade é a seguinte:

	Crédito sobre Clientes <sup>1</sup>				Garantias Prestadas	
	Valor	Crédito Vencido	Total	%	Valor	%
<b>Residentes</b>						
Particulares	1.388.286	42.796	1.431.082	1,9	-	-
Actividades imobiliárias	9.214.576	-	9.214.576	12,4	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos						
Automóveis e Motociclos	8.234.819	31.538	8.266.357	11,1	-	-
Construção	10.151.548	-	10.151.548	13,7	-	-
Actividades de Informação e de Comunicação	6.400.000	-	6.400.000	8,6	-	-
Actividade de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	1.739.511	-	1.739.511	2,3	-	-
Indústrias transformadoras	80.000	-	80.000	0,1	-	-
Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	200.000	-	200.000	0,3	-	-
Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	238.294	-	238.294	0,3	-	-
Actividade Financeiras e de Seguros	1.690.977	-	1.690.977	2,3	2.731.280	60,0
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	362.555	-	362.555	0,5	-	-
<b>Não Residentes</b>						
Particulares	7.217.276	28.648	7.245.924	9,8	-	-
Actividades imobiliárias	17.783.339	-	17.783.339	24,0	631.756	13,9
Actividade de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	8.300.281	-	8.300.281	11,2	31.347	0,7
Actividade Financeiras e de Seguros	1.000.000	-	1.000.000	1,3	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos						
Automóveis e Motociclos	114.020	-	114.020	0,2	535.066	11,8
Construção	-	-	-	-	608.875	13,4
Actividades de Saúde Humana e Apoio Social	-	-	-	-	14.400	0,3
<b>Total Crédito</b>	<b>74.115.482</b>	<b>102.982</b>	<b>74.218.464</b>	<b>100,0</b>	<b>4.552.724</b>	<b>100,0</b>

1) Exclui juros a receber e comissões associadas ao custo amortizado.

31 Dez. 12						
	Crédito sobre Clientes				Garantias Prestadas	
	Valor	Crédito Vencido	Total	%	Valor	%
<b>Residentes</b>						
Particulares	753.358	-	753.358	1,5	-	-
Actividades imobiliárias	12.492.331	-	12.492.331	25,1	-	-
Construção	7.907.099	-	7.907.099	15,9	-	-
Serviços prestados às empresas	5.873.787	-	5.873.787	11,8	-	-
Indústrias alimentares	589.986	3.085	593.071	1,2	478.960	59,3
Actividades recreativas, culturais e desportivas	4.600.000	-	4.600.000	9,2	-	-
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	-	-	-	-	131.670	16,3
Saúde e acção social	3.000.000	-	3.000.000	6,0	-	-
<b>Não Residentes</b>						
Particulares	6.437.374	-	6.437.374	12,9	-	-
Actividades imobiliárias	4.547.540	209.846	4.757.386	9,6	-	-
Serviços prestados às empresas	3.370.005	-	3.370.005	6,8	-	-
Actividades financeiras	-	-	-	-	197.059	24,4
Indústrias alimentares	1.380	-	1.380	-	-	-
<b>Total Crédito</b>	<b>49.572.860</b>	<b>212.931</b>	<b>49.785.791</b>	<b>100,0</b>	<b>807.689</b>	<b>100,0</b>

## 4.7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na rubrica de OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi o seguinte:

	Valor bruto				Amortizações				Valor Líquido			
	Saldo em 31 Dez. 12	Aquisições	Alienações e abates	Transferências	Saldo em 31 Dez. 13	Saldo em 31 Dez. 12	Amortizações do período	Alienações e abates	Transferências	Saldo em 31 Dez. 13	Saldo em 31 Dez. 12	Saldo em 31 Dez. 13
Imóveis												
Despesas em edifícios arrendados	3.893.020	420.702	(234.447)	-	4.079.275	295.424	201.398	(234.447)	-	262.375	3.597.596	3.816.900
Equipamento												
Mobiliário e material	875.072	73.733	(12.260)	-	936.545	239.792	105.308	(1.898)	-	343.202	635.280	593.343
Máquinas e ferramentas	81.070	1.096	-	-	82.166	7.786	9.009	-	-	16.795	73.284	65.371
Equipamento informático	5.094	22.232	-	-	27.326	4.378	5.137	-	-	9.515	716	17.811
Instalações interiores	13.023	14.928	-	3.762	31.713	4.613	3.159	-	-	7.772	8.410	23.941
Material de transporte	266.355	-	(141.355)	-	125.000	137.607	42.882	(120.594)	-	59.895	128.748	65.105
Equipamento de segurança	28.682	71.237	(3.468)	517	96.968	5.923	6.097	(1.662)	-	10.358	22.759	86.610
Outro Equipamento	-	1.289	-	-	1.289	-	169	-	-	169	-	1.120
	1.269.296	184.515	(157.083)	4.279	1.301.007	400.099	171.761	(124.154)	-	447.706	869.197	853.301
	5.162.316	605.217	(391.530)	4.279	5.380.282	695.523	373.159	(358.601)	-	710.081	4.466.793	4.670.201
Activos tangíveis em curso	517	3.762	-	(4.279)	-	-	-	-	-	-	517	-
	5.162.833	608.979	(391.530)	-	5.380.282	695.523	373.159	(358.601)	-	710.081	4.467.310	4.670.201

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as aquisições ocorridas nas rubricas de DESPESAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS E MOBILIÁRIO E MATERIAL corresponderam, essencialmente, a obras efetuadas no edifício sede do Banco e compra do respetivo mobiliário.

O movimento ocorrido na rubrica de OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi o seguinte:

	Valor bruto				Amortizações					Valor Líquido		
	Saldo em 31 Dez. 11	Aquisições	Alienações e abates	Transferências	Saldo em 31 Dez. 12	Saldo em 31 Dez. 11	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Transferências	Saldo em 31 Dez. 12	Saldo em 31 Dez. 11	Saldo em 31 Dez. 12
<b>Imóveis</b>												
Despesas em edifícios arrendados	234.448	3.344.487	-	314.085	3.893.020	52.776	242.648	-	-	295.424	181.672	3.597.596
	<u>234.448</u>	<u>3.344.487</u>	<u>-</u>	<u>314.085</u>	<u>3.893.020</u>	<u>52.776</u>	<u>242.648</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>295.424</u>	<u>181.672</u>	<u>3.597.596</u>
<b>Equipamento</b>												
Mobiliário e material	447.710	434.707	(7.345)	-	875.072	185.570	60.651	(6.429)	-	239.792	262.140	635.280
Máquinas e ferramentas	8.540	72.530	-	-	81.070	5.056	2.730	-	-	7.786	3.484	73.284
Equipamento informático	5.094	-	-	-	5.094	3.304	1.074	-	-	4.378	1.790	716
Instalações interiores	13.023	-	-	-	13.023	2.985	1.628	-	-	4.613	10.038	8.410
Material de transporte	141.355	125.000	-	-	266.355	73.623	63.984	-	-	137.607	67.732	128.748
Equipamento de segurança	12.264	16.418	-	-	28.682	4.078	1.845	-	-	5.923	8.186	22.759
	<u>627.986</u>	<u>648.655</u>	<u>(7.345)</u>	<u>-</u>	<u>1.269.296</u>	<u>274.616</u>	<u>131.912</u>	<u>(6.429)</u>	<u>-</u>	<u>400.099</u>	<u>353.370</u>	<u>869.197</u>
	<u>862.434</u>	<u>3.993.142</u>	<u>(7.345)</u>	<u>314.085</u>	<u>5.162.316</u>	<u>327.392</u>	<u>374.560</u>	<u>(6.429)</u>	<u>-</u>	<u>695.523</u>	<u>535.042</u>	<u>4.466.793</u>
<b>Activos tangíveis em curso</b>	314.085	517	-	(314.085)	517	-	-	-	-	-	314.085	517
	<u>1.176.519</u>	<u>3.993.659</u>	<u>(7.345)</u>	<u>-</u>	<u>5.162.833</u>	<u>327.392</u>	<u>374.560</u>	<u>(6.429)</u>	<u>-</u>	<u>695.523</u>	<u>849.127</u>	<u>4.467.310</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as aquisições ocorridas nas rubricas de DESPESAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS E MOBILIÁRIO E MATERIAL corresponderam, essencialmente, a obras efetuadas na sede do Banco e compra do respetivo mobiliário.

## 4.8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de ACTIVOS INTANGÍVEIS durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi o seguinte:

	Valor bruto				Amortizações				Valor Líquido		
	Saldo em 31 Dez. 12	Aquisições	Transferências	Saldo em 31 Dez. 13	Saldo em 31 Dez. 12	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	Saldo em 31 Dez. 13	Saldo em 31 Dez. 12	Saldo em 31 Dez. 13
<i>Activos intangíveis</i>											
Software	1.207.483	126.710	-	1.334.193	771.983	286.252	-	34	1.058.269	435.500	275.924
Outros activos intangíveis	170.500	-	-	170.500	72.100	-	-	-	72.100	98.400	98.400
	1.377.983	126.710	-	1.504.693	844.083	286.252	-	34	1.130.369	533.900	374.324
<i>Activos intangíveis em curso</i>	-	73.190	-	73.190	-	-	-	-	-	-	73.190
	1.377.983	199.900	-	1.577.883	844.083	286.252	-	34	1.130.369	533.900	447.514

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as aquisições ocorridas nos ACTIVOS INTANGÍVEIS dizem respeito, essencialmente, ao investimento que o Banco está a efetuar nos seus sistemas de informação.

O movimento ocorrido nas rubricas de ACTIVOS INTANGÍVEIS durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi o seguinte:

	Valor bruto				Amortizações				Valor Líquido		
	Saldo em 31 Dez. 11	Aquisições	Transferências	Saldo em 31 Dez. 12	Saldo em 31 Dez. 11	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Transferências	Saldo em 31 Dez. 12	Saldo em 31 Dez. 11	Saldo em 31 Dez. 12
<i>Activos intangíveis</i>											
Software	1.129.891	77.592	-	1.207.483	402.927	369.055	-	-	771.983	726.964	435.500
Outros activos intangíveis	72.100	98.400	-	170.500	72.100	-	-	-	72.100	-	98.400
	1.201.991	175.992	-	1.377.983	475.027	369.055	-	-	844.083	726.964	533.900
<i>Activos intangíveis em curso</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.201.991	175.992	-	1.377.983	475.027	369.055	-	-	844.083	726.964	533.900

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as aquisições ocorridas nos ACTIVOS INTANGÍVEIS respeitaram, essencialmente, ao investimento que o Banco está a efetuar nos seus sistemas de informação e à aquisição da marca ATLÂNTICO.

## 4.9. ATIVOS POR IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	143.350	5.002
Outros	125.016	22.936
	<b>268.366</b>	<b>27.938</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Por prejuízos fiscais	125.810	964.947
	<b>125.810</b>	<b>964.947</b>
	<b>394.176</b>	<b>992.885</b>

O detalhe e os movimentos da rubrica de ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS são apresentados na Nota 4.26.

## 4.10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Cauções (Nota 4.26)	561.500	617.361
Outros devedores diversos	7.206.618	5.216.818
	<b>7.768.118</b>	<b>5.834.179</b>
<b>Imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 4.14)</b>	(117.873)	-
	<b>7.650.245</b>	<b>5.834.179</b>
<b>Outros rendimentos a receber</b>		
Por serviços bancários prestados	37.511	-
	<b>37.511</b>	<b>-</b>
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Rendas	116.196	114.778
Seguros	112.584	95.425
Outras	35.898	75.049
	<b>264.678</b>	<b>285.252</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações activas a regularizar	16.058	-
	<b>16.058</b>	<b>0</b>
	<b>7.968.492</b>	<b>6.119.431</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 o saldo da rubrica de provisões para “DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES” refere-se a uma provisão constituída pela totalidade do montante a receber de um Cliente por prestação de serviços de assessoria financeira.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica OUTROS DEVEDORES DIVERSOS pode ser resumido como segue:

	2013	2012
Outros devedores diversos:		
Entidades relacionadas:		
Banco Privado Atlântico	4.324.297	3.892.507
Nasoluma	23.930	17.410
Outras:		
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros a realizar	718.367	668.911
Contas a receber por serviços prestados de assessoria financeira	2.016.361	500.938
Outros devedores diversos	123.663	137.052
	<b>7.206.618</b>	<b>5.216.818</b>

#### 4.11. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Recursos do Banco de Portugal</b>		
Depósitos	130.000.000	127.000.000
Juros a pagar	12.361	32.583
	<b>130.012.361</b>	<b>127.032.583</b>
<b>Recursos de outros Bancos Centrais</b>		
Depósitos	36.255.529	-
Juros a pagar	9.970	-
	<b>36.265.499</b>	<b>-</b>
	<b>166.277.860</b>	<b>127.032.583</b>

Os depósitos mantidos junto do Banco de Portugal, no âmbito da tomada de fundos junto do Banco Central Europeu são garantidos por penhor de títulos cujo valor nominal ascende a, aproximadamente, 115.000.000 Euros e 127.000.000 Euros em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a totalidade dos RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS apresentavam prazos residuais inferior a 3 meses.

## 4.12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Recursos de Instituições de crédito no país</b>		
Depósitos a prazo e outros recursos	13.885.207	3.735.832
Juros a pagar	34.542	1.600
	<b>13.919.749</b>	<b>3.737.432</b>
<b>Recursos de Instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos a prazo e outros recursos	94.343.036	54.510.445
Juros a pagar	187.894	213.778
	<b>94.530.930</b>	<b>54.724.223</b>
	<b>108.450.679</b>	<b>58.461.655</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (excluindo juros a pagar), apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	56.415.059	28.322.289
De três meses a um ano	43.218.184	26.347.713
De um ano a cinco anos	3.400.000	3.576.275
Mais de cinco anos	5.195.000	-
	<b>108.228.243</b>	<b>58.246.277</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os RECURSOS A PRAZO eram remunerados à taxa de juro média de 2,06% e 1,72%, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO inclui saldos com partes relacionadas no montante de 41.883.778 Euros e 11.126.287 Euros, respetivamente.

## 4.13. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2.012
Depósitos à ordem	40.137.358	30.919.730
Depósitos a prazo	54.794.645	56.844.407
Operações de venda com acordo de recompra	724.482	-
Cheques e ordens a pagar	99.603	-
Juros a pagar	236.208	548.031
	<b>95.992.296</b>	<b>88.312.168</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos (excluindo juros a pagar), apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
Até três meses	71195665	63.469.712
De três meses a um ano	22.665.669	23.971.292
De um ano a cinco anos	1.894.754	323.133
	<b>95.756.088</b>	<b>87.764.137</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, os DEPÓSITOS A PRAZO eram remunerados à taxa de juro média de 1,94%.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, cerca de 37% e 52% do total de Depósitos de clientes encontravam-se concentrados em cinco clientes.

## 4.14. IMPARIDADES E PROVISÕES

Os movimentos ocorridos na rubrica IMPARIDADES e PROVISÕES durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi o seguinte:

2013						
	Saldos em 31 Dez. 12	Reforços	Reposições e anulações	Transfêren- cias	Outros movimentos	Saldos em 31 Dez. 13
<i>Imparidades:</i>						
Crédito a clientes	783.465	876.030	(138.732)	-	(1)	1.520.762
Aplicações em Instituições de Crédito	-	30.876	-	-	-	30.876
Devedores e outras aplicações	-	117.873	-	-	-	117.873
	<u>783.465</u>	<u>1.024.779</u>	<u>(138.732)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>1.669.511</u>
<i>Provisões:</i>						
Garantias e outros compromissos	-	842.991	(4.603)	-	-	838.388
	<u>-</u>	<u>842.991</u>	<u>(4.603)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>838.388</u>
	<u>783.465</u>	<u>1.867.770</u>	<u>(143.335)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>2.507.899</u>

O movimento ocorrido nas IMPARIDADES durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi o seguinte:

2012						
	Saldos em 31 Dez. 11	Reforços	Reposições e anulações	Transfêren- cias	Outros movimentos	Saldos em 31 Dez. 12
<i>Imparidades:</i>						
Crédito a clientes	436.359	770.756	(423.651)	-	1	783.465
	<u>436.359</u>	<u>770.756</u>	<u>(423.651)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>783.465</u>
	<u>436.359</u>	<u>770.756</u>	<u>(423.651)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>783.465</u>

## 4.15. PASSIVOS POR IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Estimativa de imposto a pagar	434.351	107.488
Tributação autónoma	89.885	72.311
Outros		10
	<u>524.236</u>	<u>179.809</u>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias	480.934	656.799
	<u>1.005.170</u>	<u>836.608</u>

## 4.16. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector Público Administrativo		
IVA a pagar	81.534	50.466
Retenção de impostos na fonte	141.879	124.287
Contribuições para a Segurança Social	109.434	79.281
Outros	50	50
Cobranças por conta de terceiros	333	333
Credores diversos		
Fornecedores conta corrente	1.442.160	275.526
	<b>1.775.390</b>	<b>529.943</b>
<b>Encargos a pagar</b>		
Por gastos com pessoal	1.530.804	944.350
Por gastos gerais administrativos	411.853	90.188
	<b>1.942.657</b>	<b>1.034.538</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações passivas a regularizar	150.005	470.336
	<b>150.005</b>	<b>470.336</b>
	<b>3.868.052</b>	<b>2.034.817</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica ENCARGOS A PAGAR - POR GASTOS COM PESSOAL inclui 155.125 Euros correspondente a parte do prémio do exercício de 2012 cujo pagamento será diferido durante 3 anos, conforme política de remunerações em vigor.

Em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica CREDITORES DIVERSOS - Fornecedores Conta Corrente inclui um saldo de 833.877 Euros com o Banco Privado Atlântico, S.A..

## 4.17. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</b>		
Garantias e avales prestados	4.552.724	807.689
Créditos documentários	29.309.253	5.158.476
	<b>33.861.977</b>	<b>5.966.165</b>
<b>Garantias recebidas</b>	<b>91.240.927</b>	<b>44.097.519</b>
<b>Compromissos Assumidos por Terceiros</b>		
Linhas de crédito irrevogáveis	8.578.377	2.271.314
	<b>8.578.377</b>	<b>2.271.314</b>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Por depósito e guarda de valores	98.106.650	35.841.053
	<b>98.106.650</b>	<b>35.841.053</b>
<b>Serviços prestados por terceiros</b>		
Titulos da carteira de clientes	98.106.650	35.841.053
Titulos da carteira própria	215.783.196	184.000.072
	<b>313.889.846</b>	<b>219.841.125</b>
<b>Operações cambiais e instrumentos derivados</b>		
Mercado de balcão (OTC)		
. Swaps de divisas		
- Compra	52.228.954	-
- Venda	52.386.556	-
	<b>104.615.510</b>	<b>-</b>
. Operações cambiais à vista		
- Compra	10.000.435	10.680.815
- Venda	9.998.717	10.679.466
	<b>19.999.152</b>	<b>21.360.281</b>
. Operações cambiais a prazo		
- Compra	-	64.175.383
- Venda	-	65.000.000
	<b>-</b>	<b>129.175.383</b>
. Opções cambiais		
- Compradas	4.417.732	-
	<b>4.417.732</b>	<b>-</b>
	<b>129.032.394</b>	<b>150.535.664</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 o Banco dispunha de uma linha de crédito intradiário não utilizada junto do Banco de Portugal no valor de 1.000.000 Euros.

## 4.18. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013, a estrutura acionista da Sociedade é a seguinte:

Entidade	2013		
	Número de acções	Montante	%
Globalpactum Gestão de Activos, S.A.	44.750.000	44.750.000	89,500%
Banco Privado Atlântico, S.A.	3.500.000	3.500.000	7,000%
Nasoluma, Lda.	1.749.028	1.749.028	3,498%
André Navarro	972	972	0,002%
	50.000.000	50.000.000	100,000%

Conforme deliberação da ata n.º 12 da Assembleia Geral da Sociedade de 28 de Março de 2013 foi decidida a conversão das ações preferenciais sem voto em ações ordinárias.

As 15.000.000 de ações ordinárias foram realizadas 15.000.000 Euros por conversão das ações preferenciais sem voto.

Em 31 de Dezembro de 2012, a estrutura acionista da Sociedade é a seguinte:

Entidade	Número de acções	Montante	%
Acções ordinárias			
Globalpactum Gestão de Activos, S.A.	22.750.000	22.750.000	45,500%
Banco Privado Atlântico, S.A.	3.500.000	3.500.000	7,000%
Nasoluma, Lda.	1.749.028	1.749.028	3,498%
André Navarro	972	972	0,002%
	35.000.000	35.000.000	70,000%
Acções preferenciais			
Banco Privado Atlântico, S.A.	15.000.000	15.000.000	100,000%
	15.000.000	15.000.000	100,000%
Total	50.000.000	50.000.000	100,000%

Conforme deliberação da ata n.º 10 da Assembleia Geral da Sociedade de 21 de Dezembro de 2011 foi decidido o aumento de capital da Sociedade em 32.000.000 Euros, através da emissão de 17.000.000 de novas ações ordinárias com um valor nominal de um Euro e 15.000.000 de ações preferenciais sem voto com o valor nominal de um Euro, cada uma.

As 17.000.000 de ações ordinárias foram realizadas 15.300.000 Euros em numerário e 1.700.000 Euros por conversão de prestações acessórias.

As 15.000.000 de ações preferenciais foram realizadas 12.700.000 Euros em numerário e 2.300.000 Euros por conversão de prestações acessórias. As ações preferenciais no montante de 15.000.000 Euros apresentam as seguintes características:

- São emitidas sem prazo determinado;
- Conferem direito a um dividendo prioritário correspondente a 5% por ano do respetivo valor nominal retirado dos lucros que, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, possam ser distribuídos aos acionistas;
- o pagamento do dividendo prioritário pode ser diferido pela Sociedade em qualquer data sem que tal diferimento possa ser considerado como incumprimento e não sendo aplicáveis juros de mora. O pagamento futuro do dividendo fica condicionado ao acordo prévio do Banco de Portugal;
- não contemplam opção de reembolso a exercer em base discricionária pela Sociedade;
- apenas podem ser reembolsadas com o acordo prévio do Banco de Portugal, na sequência de pedido apresentado pela Sociedade e desde que as condições financeiras e de solvabilidade da instituição ou do grupo, do qual é empresa-mãe, não sejam indevidamente afetadas;
- em caso de insolvência ou liquidação da Sociedade o reembolso do capital fica subordinado ao prévio reembolso de todos os demais credores não subordinados;
- o capital e o dividendo não pagos podem ser chamados a absorver prejuízos e não serem pagos, permitindo à instituição prosseguir a sua atividade;
- as ações preferenciais sem voto são equivalentes entre si e não têm qualquer prioridade umas em relação às outras.

No dia 23 de Dezembro de 2013, foi aprovado em ata um aumento de capital no montante de 10.000.000 Euros que ainda não foi realizado.

#### 4.19. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Reservas de reavaliação	972.862	1.825.308
Outras reservas - Reserva legal	70.108	
Resultados transitados	(3.943.047)	(4.332.506)
Resultado do exercício	1.609.294	459.634
	(1.360.891)	(2.047.564)

##### Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade deverá destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, exceto em caso de liquidação da Sociedade, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

##### Reservas de reavaliação

O movimento ocorrido nos exercícios de 2013 e 2012, nas reservas de reavaliação foi como se segue:

	2013	2012
<b>Reservas de reavaliação</b>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros, disponíveis para venda (Nota 4.4)		
Instrumentos de dívida		
Títulos	1.748.850	2.478.487
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Empresas filiais e associadas	(293.274)	-
Reservas associadas a diferenças cambiais em investimentos em entidades estrangeiras		
Empresas filiais e associadas	(1.780)	3.620
	<b>1.453.796</b>	<b>2.482.107</b>
<b>Reservas por impostos diferidos</b>		
Resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Impostos diferidos passivos (Nota 4.15)	(480.934)	(656.799)
	(480.934)	(656.799)
	<b>972.862</b>	<b>1.825.308</b>

#### 4.20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Disponibilidades em bancos centrais	10.671	27.872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.215	23
Aplicações em instituições de crédito	414.727	1.035.778
Crédito a clientes	4.172.058	2.507.076
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2.208
Activos financeiros disponíveis para venda	6.890.093	2.174.583
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	3.200.090
	<b>11.498.764</b>	<b>8.947.630</b>
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Recursos de bancos centrais	(184.829)	(394.835)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.781.249)	(649.698)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(885.990)	(1.453.821)
Disponibilidades	(3.512)	(67)
	(2.855.580)	(2.498.421)
	<b>Margem Financeira 8.643.184</b>	<b>6.449.209</b>

#### 4.21. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Comissões Recebidas</b>		
Por garantias prestadas	400.243	105.046
Por compromissos assumidos	-	-
Por serviços prestados		
Transferência de valores	96.915	50.516
Operações de crédito	447.772	322.439
Depósito e guarda de valores	116.428	37.245
Anuidades	600	-
Por operações realizadas por conta de terceiros	118.465	358.511
Outras comissões recebidas	217.749	54.830
	1.398.172	928.587
<b>Comissões pagas</b>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	(4.267)	-
Por serviços bancários prestados por terceiros	(66.766)	(29.594)
Outras comissões pagas	(116.812)	(83.509)
	(187.845)	(113.103)
	1.210.327	815.484

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica COMISSÕES RECEBIDAS - POR OPERAÇÕES REALIZADAS POR CONTA DE TERCEIROS refere-se, essencialmente, a comissões cobradas pela assessoria na montagem e estruturação da aquisição de uma participação de capital.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica COMISSÕES RECEBIDAS - POR OPERAÇÕES DE CRÉDITO inclui o montante de 374.200 Euros e 214.191 Euros, respetivamente, referentes a comissões de abertura de crédito.

## 4.22. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Ganhos e perdas em operações financeiras</b>		
Ganhos e perdas de reavaliação cambial	2.711.883	1.662.938
Ganhos e perdas em activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(2.124.604)	(826.821)
Ganhos e perdas em activos financeiros disponíveis para venda	5.930.284	548.434
Ganhos e perdas em activos financeiros detidos até à maturidade	-	265.000
	<b>6.517.563</b>	<b>1.649.551</b>

## 4.23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Outros rendimentos de exploração</b>		
Ganhos em ativos não financeiros	1.013	-
Outras receitas operacionais	4.429.134	3.335.842
	<b>4.430.147</b>	<b>3.335.842</b>
<b>Outros encargos de exploração</b>		
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(34.244)	(41.958)
Quotizações e donativos	(6.070)	(3.070)
Perdas em ativos financeiros	(24.676)	-
Impostos indirectos	(40.686)	(12.486)
Outros	(1.016.920)	(34)
	<b>(1.122.596)</b>	<b>(57.548)</b>
	<b>3.307.551</b>	<b>3.278.294</b>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS respeita, essencialmente, à remuneração obtida pelo Banco nos serviços prestados em regime de subcontratação ao Banco Privado Atlântico (Angola), S.A. na estruturação, montagem e implementação de operações na área da Banca de Investimento.

Em 31 de Dezembro de 2013 o saldo da rubrica “OUTROS ENCARGOS E GASTOS OPERACIONAIS” respeita essencialmente a um serviço prestado pelo Privado Atlântico (Angola), S.A..

## 4.24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	534.450	610.294
Remunerações a empregados	4.690.096	3.166.400
Encargos sociais obrigatórios	990.292	722.797
Outros custos com o pessoal	256.134	173.503
	<b>6.470.972</b>	<b>4.672.994</b>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de efetivos ao serviço da Sociedade, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2013	2012
Administradores	3	4
Quadros superiores	20	17
Quadros técnicos e administrativos	75	52
	<b>98</b>	<b>73</b>

## 4.25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Gastos Gerais Administrativos</b>		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	84.746	43.851
Material de consumo corrente	47.094	78.946
Publicações	30.196	7.366
Material de limpeza e higiene	2.086	2.540
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	43.115	35.419
Com Serviços		
Consultores	2.151.961	1.773.809
Rendas e alugueres	1.753.794	1.091.991
Comunicações	1.063.137	911.796
Deslocações, estadas e representações	952.549	667.573
Informações	209.372	221.026
Segurança, vigilância e limpeza	234.612	98.513
SIBS	82.436	87.616
Publicações e edição de publicações	423.858	63.406
Conservação e Reparação	138.377	46.292
Seguros	28.923	34.855
Formação	77.854	32.321
Serviços judiciais, contencioso e notariado	24.267	18.801
Transportes	-	3.303
Informática	48.329	5.838
Estudos e Consultas	-	1.599
Mão de Obra eventual	11.742	-
Auditoria Externa	77.202	93.026
Outros serviços de terceiros	204.415	95.524
	<b>7.690.065</b>	<b>5.415.411</b>

O saldo da rubrica RENDAS E ALUGUERES inclui as rendas do contrato de arrendamento do edifício sede do Banco. A renda anual atual ascende a cerca de 1.350 mEuros, atualizada de acordo com o nível de inflação. Este contrato foi celebrado em Setembro de 2012 e tem prazo inicial 20 anos, renovável por períodos iguais ou sucessivos de dois anos se não for denunciado pelas partes, e pode ser resolvido a partir do 10º ano.

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas, relativos ao exercício de 2013, ascenderam a 77.202 Euros, sendo detalhados conforme se segue:

Revisão Legal das Contas Anuais	38.705
Outros serviços de garantia de fiabilidade	38.497
	<b>77.202</b>

## 4.26. IMPOSTOS

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as Provisões, nomeadamente: (i) não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis, e (ii) de acordo com as disposições do artigo 39º do Código de IRC, não são consideradas como custo fiscal as provisões para riscos gerais de crédito.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, nos exercícios de 2013 e 2012, podem ser apresentados como segue:

	2013	2012
<b>Impostos correntes</b>		
<i>Do exercício</i>		
Tributação autónoma	(89.885)	(72.311)
Contribuição para o sector bancário	(128.209)	(98.793)
Outros	(10.461)	-
Estimativa de imposto a pagar	(434.351)	(107.488)
Correcções de exercícios anteriores	(22.407)	(26.475)
	(685.313)	(305.067)
<b>Impostos diferidos</b>		
Prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos / (utilizados)	(828.196)	(248.710)
Alteração da taxa de imposto	(10.940)	
	(839.136)	(248.710)
	<b>(1.524.449)</b>	<b>(553.777)</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como segue:

	2013		2012	
	Taxa de Imposto	Valor	Taxa de Imposto	Valor
Resultado antes de impostos		3.133.743		1.013.411
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	830.442	26,50%	268.554
Custos não aceites fiscalmente:				
Reintegrações não aceites fiscalmente	0,67%	20.909	1,32%	13.340
Efeito da alteração de taxa nos impostos diferidos		10.940		
Imparidades e provisões para crédito	6,10%	191.313	5,10%	51.687
Correcções de exercícios anteriores	0,80%	25.088	3,57%	36.219
Derrama estadual	3,05%	95.651		
Tributação autónoma	2,87%	89.884	7,14%	72.311
Imposto corrente de exercícios anteriores	0,72%	22.407	2,61%	26.475
Contribuição para o sector bancário	4,09%	128.209	9,75%	98.793
Outros custos e proveitos não tributáveis	0,42%	13.060	1,73%	17.504
Benefícios fiscais (criação líquida de emprego)	(1,91%)	(59.826)	(9,72%)	(98.533)
Impostos diferidos não registados	4,99%	156.372	6,65%	67.427
	<b>150,43%</b>	<b>1.524.449</b>	<b>54,64%</b>	<b>553.777</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos anos de 2009 a 2013 poderão vir a ser sujeitas a revisão e a matéria coletável a eventuais correções.

A recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos encontra-se suportada por um plano de negócios elaborado pelo Conselho de Administração, de acordo com o qual a Sociedade irá gerar lucro tributável suficiente para recuperar a totalidade dos ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais nos prazos legalmente definidos.

Em 31 de Dezembro de 2013, os prejuízos fiscais reportáveis gerados pelo Banco Privado Atlântico Europa S.A. que deram origem a ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS podem ser utilizáveis como se segue:

Ano de Reporte	Ano limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activo por imposto diferido	Valor utilizado	Valor a utilizar
2009	2015	(1.264.156)	316.039	(316.039)	-
2010	2014	(2.151.472)	537.868	(537.868)	-
2011	2015	(1.438.996)	359.749	(233.939)	125.810
			<b>1.213.656</b>	<b>(1.087.846)</b>	<b>125.810</b>

Os prejuízos fiscais reportáveis podem ser utilizados nos quatro exercícios subsequentes (seis anos para prejuízos fiscais gerados antes de 2010 e doze anos para prejuízos fiscais gerados a partir de 2014). Contudo, a dedução dos prejuízos fiscais a efetuar em cada exercício não pode exceder 75% (70% a partir de 2014) do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

## 5. ENTIDADES RELACIONADAS (IAS 24)

### Saldos com entidades relacionadas

Nos termos da IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Sociedade, o Banco Privado Atlântico (Angola), S.A., a GlobalPactum Gestão de Activos S.A., a Sonangol e os titulares de Órgãos Sociais da Sociedade, que se discriminam abaixo:

#### Conselho de Administração

Carlos José da Silva (Presidente)

Baptista Muhongo Sumbe (renunciou dia 31/12/2013)

André Cardoso de Meneses Navarro (renunciou dia 24/03/2014)

Graça Ferreira Proença de Carvalho

Augusto Costa Ramiro Baptista

Mário Jorge Faria da Cruz

#### Conselho Fiscal

Mário Jorge Carvalho de Almeida (Presidente)

José Maria Francisco Wanassi

Isménio Coelho Macedo

Suplente

Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz

#### Assembleia Geral

Paulo Manuel da Conceição Marques (Presidente)

Rute Susana Martins dos Santos (Vice-Presidente) (renunciou em 13/03/2014)

Em 31 de Dezembro de 2013, o Balanço e a Demonstração do rendimento integral incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

2013				
	BPA S.A.	Globalpactum	Orgãos Sociais	Total
<b>Activos</b>				
Crédito a clientes (Nota 4.6)	-	-	1.264	1.264
Outros activos (Nota 4.10)	4.324.297	10.025	10.308	4.344.630
	4.324.297	10.025	11.572	4.345.894
<b>Passivos</b>				
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 4.12)	41.883.788	-	-	41.883.788
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 4.13)	-	-	1.883.054	1.883.054
Outros passivos (Nota 4.16)	833.877	-	-	833.877
	42.717.665	-	1.883.054	44.600.719
<b>Capitais</b>				
Capital (Nota 4.18)	3.500.000	44.750.000	1.750.000	50.000.000
	3.500.000	44.750.000	1.750.000	50.000.000
<b>Proveitos</b>				
Juros e rendimentos similares (Nota 4.20)	6.680	-	296	6.976
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 4.21)	144.863	-	3.358	148.221
Resultados de reavaliação cambial (Nota 4.22)	-	-	-	-
Outros resultados de exploração (Nota 4.23)	2.845.771	-	-	2.845.771
	2.997.314	-	3.654	3.000.968
<b>Custos</b>				
Juros e gastos similares (Nota 4.20)	214.014	-	-	214.014
Custos com pessoal (Nota 4.24)	-	-	534.450	534.450
Outros resultados de exploração (Nota 4.23)	1.002.654	-	-	1.002.654
	1.216.668	-	534.450	1.751.118
<b>Extrapatrimoniais</b>				
Créditos Documentários (Nota 4.17)	20.378.029	-	-	20.378.029
Depósito e guarda de valores (Nota 4.17)	-	-	1.630.317	1.630.317
	20.378.029	-	1.630.317	22.008.346

Em 31 de Dezembro de 2012, o Balanço e a Demonstração do rendimento integral incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

2012					
	BPA S.A.	Globalpactum	Orgãos Sociais	Sonangol	Total
<b>Activos</b>					
Aplicações em instituições de crédito (Nota 4.4)	2.564.324	-	-	-	2.564.324
Crédito a clientes (Nota 4.6)	-	-	17.311	-	17.311
Outros activos (Nota 4.10)	3.892.507	10.025	60.102	-	3.962.634
	6.456.831	10.025	77.413	-	6.544.269
<b>Passivos</b>					
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 4.12)	11.286.127	-	-	-	11.286.127
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 4.13)	-	-	3.079.986	-	3.079.986
	11.286.127	-	3.079.986	-	14.366.113
<b>Capitais</b>					
Capital (Nota 4.18)	18.500.000	22.750.000	1.750.000	7.000.000	50.000.000
	18.500.000	22.750.000	1.750.000	7.000.000	50.000.000
<b>Proveitos</b>					
Juros e rendimentos similares (Nota 4.20)	27.233	-	882	-	28.115
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 4.21)	48.413	-	3.462	-	51.875
Resultados de reavaliação cambial (Nota 4.22)	53.766	-	9.154	-	62.920
Outros resultados de exploração (Nota 4.23)	2.853.583	-	-	-	2.853.583
	2.982.995	-	13.498	-	2.996.493
<b>Custos</b>					
Juros e gastos similares (Nota 4.20)	302.380	-	55.981	-	358.361
Custos com pessoal (Nota 4.24)	-	-	610.294	-	610.294
Gastos gerais administrativos (Nota 4.25)	-	-	-	-	-
	302.380	-	666.275	-	968.655
<b>Extrapatrimoniais</b>					
Garantias e avales prestadas (Nota 4.17)	807.689	-	-	-	807.689
Depósito e guarda de valores (Nota 4.17)	-	-	969.760	-	969.760
	807.689	-	969.760	-	1.777.449

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais encontram-se discriminadas no Relatório de Gestão.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado à respetiva data.

## 6. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Sociedade

A gestão dos riscos financeiros acompanha a cadeia de valor da Sociedade, tendo como base a definição prévia de um perfil de risco aprovado pelo seu Conselho de Administração que estabelece limites de exposição e níveis de tolerância, tendo em conta a estratégia definida e a regulamentação em vigor, suportando e direcionando um primeiro nível de gestão do risco ao nível das áreas comerciais.

Este primeiro nível de gestão do risco é depois complementado, na aceitação do risco, pela atividade da Direção de Risco que, de forma independente e assegurando as boas práticas de segregação de funções, analisa as diferentes exposições, considerando o risco que lhes está inerente, e avalia os potenciais impactos sobre os níveis de liquidez e solvabilidade da Sociedade.

De forma complementar, é realizada uma monitorização permanente e sistemática da atividade, identificando os fatores de risco internos e externos que se revelem significativos e mensurando potenciais efeitos negativos que estes possam originar no balanço da Sociedade.

Procurando dar resposta aos requisitos de reporte identificados ao nível dos princípios das IFRS 7 referentes a instrumentos financeiros, procede-se de seguida a uma descrição mais detalhada dos principais riscos financeiros da atividade da Sociedade: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, expondo-se de que forma estes são geridos e monitorizados. Complementa-se esta divulgação com um subcapítulo específico sobre a valorização a justo valor do balanço da Sociedade.

### Risco de crédito

O risco de crédito representa a possibilidade de ocorrerem perdas no valor do ativo da Sociedade, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou coletivas de honrar os compromissos estabelecidos.

A Sociedade tem processos internos que possibilitam a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito, abrangendo os diferentes fatores de risco que se revelam significativos para a atividade da instituição, o que assegura uma gestão do risco efetiva quer ao nível individual, por operação, quer ao nível global da carteira de crédito.

Esta abordagem de gestão do risco de crédito tem-se revelado adequada, na medida em que não existe histórico de incumprimento nas operações com a Sociedade, verificando-se apenas situações pontuais e materialmente pouco relevantes de crédito vencido, que são rapidamente saneadas através de uma ação coordenada na identificação dessas situações e na sua resolução no contacto com os clientes.

### *Qualidade de crédito dos ativos financeiros sem incumprimentos ou imparidade*

O processo de avaliação de risco de crédito acompanha diferentes partes da cadeia de valor da Sociedade, iniciando-se ao nível das áreas comerciais, através de uma análise cuidada do cliente e da operação à luz das políticas de concessão de crédito e do perfil de risco definidos para a Sociedade, periodicamente revistos e atualizados.

Caso a operação seja viável e o respetivo nível de risco seja considerado adequado, é elaborada uma proposta que é submetida para apreciação da Direção de Risco do Banco, que emite um parecer independente e devidamente fundamentado com base nos critérios de avaliação estabelecidos e formalizados na sua política e manuais operacionais. Tendo por base os elementos identificados, a decisão final sobre a aprovação das operações é realizada ao nível do Comité de Crédito do Banco.

A posterior monitorização e acompanhamento do crédito concedido é responsabilidade da Direção de Risco. Para isso, são utilizados um conjunto de mecanismos e ferramentas de controlo e de mensuração do risco que permitem proceder a uma análise permanente dos clientes e respetivas operações no sentido de detetar sinais de alerta que permitam identificar, de forma atempada, situações de potencial incumprimento que possam impactar a atividade regular do Banco. Neste contexto, a Direção de Risco realiza, entre outras, as seguintes atividades:

- Monitorização da adequação dos limites à capacidade creditícia dos clientes e às suas necessidades de financiamento;
- Monitorização dos créditos concedidos a contrapartes, a Grupos Económicos ou a determinados países procurando assim identificar situações de concentração excessiva do risco;
- Acompanhamento das contrapartes financeiras e revisão da adequação dos limites de exposição definidos;
- Acompanhamento do comportamento global e individual da carteira de crédito e identificação de potenciais necessidades de reforço das garantias constituídas;
- Monitorização da execução dos termos e condições dos contratos de crédito;
- Monitorização do cumprimento das condições inerentes a *covenants* incluídas nos contratos de crédito, assegurando a prossecução das ações necessárias no caso do seu incumprimento;
- Revisão periódica da notação de risco dos clientes;
- Monitorização e reavaliação de garantias e colaterais associados às operações em carteira e análise do seu nível de cobertura;
- Identificação de situações que evidenciem alterações à capacidade de reembolso dos clientes e sua posterior monitorização;
- Proposta e implementação de medidas de prevenção e de ações corretivas;
- Avaliação da eficácia e performance das medidas de prevenção, planos de intervenção rápida e ações corretivas desenvolvidas.

Em 31 de Dezembro de 2013, a exposição máxima ao risco de crédito, por tipo de instrumento financeiro, tinha a seguinte composição:

2013			
ACTIVO	Valor contabilístico Bruto	Provisões e imparidades	Valor contabilístico Líquido
<b><i>Activo</i></b>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.151.878	-	12.151.878
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31.870.703	-	31.870.703
Activos financeiros detidos para negociação	77.680	-	77.680
Activos financeiros disponíveis para venda	208.015.640	-	208.015.640
Aplicações em instituições de crédito	86.586.533	(30.876)	86.555.657
Crédito a clientes	74.737.538	(1.520.762)	73.216.776
	413.439.972	(1.551.638)	411.888.334
<b><i>Extrapatrimoniais</i></b>			
Garantias e avales prestados	4.552.724	66.378	4.619.102
Linhas de Crédito não utilizadas	8.578.377	88.406	8.666.783
Créditos documentários	29.309.253	768.604	30.077.857
	42.440.354	923.388	43.363.742
	<b>455.880.326</b>	<b>(628.250)</b>	<b>455.252.076</b>

Em 31 de Dezembro de 2012, a exposição máxima ao risco de crédito, por tipo de instrumento financeiro, tinha a seguinte composição:

2012			
ACTIVO	Activo Bruto	Imparidades	Activo Líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.071.742	-	6.071.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.860.950	-	3.860.950
Activos financeiros disponíveis para venda	189.140.410	-	189.140.410
Aplicações em instituições de crédito	65.169.473	-	65.169.473
Crédito a clientes	49.891.598	(783.465)	49.108.133
<b>Total do Activo</b>	<b>314.134.173</b>	<b>(783.465)</b>	<b>313.350.708</b>
<b><i>Extrapatrimoniais</i></b>			
Garantias prestadas e créditos documentários	5.966.165	-	5.966.165
Linhas de crédito não utilizadas	2.271.314	-	2.271.314
	<b>322.371.652</b>	<b>(783.465)</b>	<b>321.588.187</b>

No âmbito da atividade de concessão de crédito, em função da tipologia e do nível de risco de cada operação, o Banco impõe requisitos específicos aos clientes para a constituição de garantias. Considerando as operações em carteira em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (excluindo juros e comissões associadas ao custo amortizado e imparidades) a distribuição por tipo de garantia recebida era a seguinte:

	2013		2012	
	Montante	%	Montante	%
Colateral financeiro	23.890.600	32%	22.510.295	45%
Colateral real - hipotecário	11.719.190	16%	10.605.953	21%
Colateral real - não hipotecário	6.916.337	9%	3.000.000	6%
Garantia pessoal - prestada por estado ou Instituição Financeira	441.551	1%	163.956	0%
Garantia pessoal - prestada por empresa ou particular	12.052.066	16%	4.600.000	9%
Outras garantias	8.492.575	11%	5.655.689	11%
Sem garantias	10.706.145	14%	3.249.900	7%
	<b>74.218.464</b>	<b>100%</b>	<b>49.785.791</b>	<b>100%</b>

A carteira própria do Banco, composta por títulos de dívida, é também monitorizada de forma continuada no âmbito da gestão do risco de crédito. Em 31 de Dezembro de 2013, a distribuição por nível de rating, considerando a classificação dos títulos emitida pela Standard & Poor's, era a seguinte:

Origem Rating externo (S&P)	2013		2012	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
AAA to AA-	-	-	-	-
A+ to A-	-	-	-	-
BBB+ to BB-	184.066.606	-	152.412.720	-
B+ to B-	-	-	5.296.027	-
< B	-	-	-	-
N/D	22.268.064	-	31.431.663	-
	<b>206.334.670</b>	<b>-</b>	<b>189.140.410</b>	<b>-</b>

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de a Sociedade não poder satisfazer as suas responsabilidades quando estas se tornam exigíveis, por incapacidade de realizar os seus ativos em tempo útil ou de aceder a financiamentos externos em quantidade e a custos razoáveis.

A Sociedade tem processos internos para gestão do risco de liquidez que possibilitam a sua identificação, avaliação e controlo diário, contemplando procedimentos específicos para o acompanhamento dos vencimentos contratualizados das várias operações que compõem o seu balanço.

A implementação destes procedimentos é da responsabilidade da Direção de Risco, que é igualmente responsável pela produção de informação de gestão sobre o tema e pela sua posterior disponibilização, não apenas ao Conselho de Administração do Banco, mas também às áreas cuja atividade se encontra exposta ao risco de liquidez.

Além desta monitorização diária, o Banco Privado Atlântico-Europa, S.A. promove também uma análise ALCO onde, entre outros temas, o risco de liquidez é analisado e avaliado de forma pormenorizada mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2013, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros (não incluindo os juros a receber e a pagar e as comissões associadas ao custo amortizado) apresentavam a seguinte composição:

	2013					Total
	À vista	Até 3 Meses	De 3 Meses a 1 Ano	De 1 Ano a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.151.878	-	-	-	-	12.151.878
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31.870.703	-	-	-	-	31.870.703
Activos financeiros detidos para negociação	-	35.140	42.540	-	-	77.680
Activos financeiros disponíveis para venda	-	15.868.064	6.500.850	178.456.956	5.508.800	206.334.670
Aplicações em instituições de crédito	-	85.879.407	700.000	-	-	86.579.407
Crédito a clientes	183.767	21.870.904	14.895.136	6.093.315	31.175.342	74.218.464
	<b>44.206.348</b>	<b>123.653.515</b>	<b>22.138.526</b>	<b>184.550.271</b>	<b>36.684.142</b>	<b>411.232.802</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	-	166.255.529	-	-	-	166.255.529
Passivos financeiros detidos para negociação	-	194.680	31.192	-	-	225.872
Recursos de outras instituições de crédito	13.765.284	42.688.819	43.218.184	3.400.000	5.195.000	108.267.287
Recursos de clientes e outros empréstimos	40.361.779	30.833.886	22.665.669	1.894.754	-	95.756.088
	<b>54.127.063</b>	<b>239.972.914</b>	<b>65.915.045</b>	<b>5.294.754</b>	<b>5.195.000</b>	<b>370.504.776</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(9.920.715)</b>	<b>(116.319.399)</b>	<b>(43.776.519)</b>	<b>179.255.517</b>	<b>31.489.142</b>	<b>40.728.026</b>
<b>Gap de liquidez Cumulativo</b>	<b>(9.920.715)</b>	<b>(126.240.114)</b>	<b>(170.016.633)</b>	<b>9.238.884</b>	<b>40.728.026</b>	

Em 31 de Dezembro de 2012, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros (não incluindo os juros a receber e a pagar e as comissões associadas ao custo amortizado) apresentavam a seguinte composição:

	2012					Total
	À vista	Até 3 Meses	De 3 Meses a 1 Ano	De 1 Ano a 5 Anos	Mais de 5 Anos	
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.071.742	-	-	-	-	6.071.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.860.950	-	-	-	-	3.860.950
Activos financeiros disponíveis para venda	-	46.710.690	7.798.390	134.631.330	-	189.140.410
Aplicações em instituições de crédito	-	64.460.270	700.000	-	-	65.160.270
Crédito a clientes	44.900	4.399.251	24.378.600	6.640.386	14.322.654	49.785.791
<b>Total do Activo</b>	<b>9.977.592</b>	<b>115.570.211</b>	<b>32.876.990</b>	<b>141.271.716</b>	<b>14.322.654</b>	<b>314.019.163</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	-	127.000.000	-	-	-	127.000.000
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	826.821	-	-	-	826.821
Recursos de outras instituições de crédito	577.824	27.831.683	26.347.713	3.489.057	-	58.246.277
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.942.332	32.527.380	23.971.292	323.133	-	87.764.137
<b>Total do Passivo</b>	<b>31.520.156</b>	<b>188.185.884</b>	<b>50.319.005</b>	<b>3.812.190</b>	<b>-</b>	<b>273.837.235</b>
<b>Gap de liquidez</b>	<b>(21.542.564)</b>	<b>(72.615.673)</b>	<b>(17.442.015)</b>	<b>137.459.526</b>	<b>14.322.654</b>	<b>40.181.928</b>
<b>Gap de liquidez Cumulativo</b>	<b>(21.542.564)</b>	<b>(94.158.237)</b>	<b>(111.600.252)</b>	<b>25.859.274</b>	<b>40.181.928</b>	

A alocação das operações às bandas temporais nos mapas acima apresentados teve em consideração a maturidade residual de cada operação. Não se incluíram os fluxos de caixa contratuais projetados referentes aos juros associados aos ativos e passivos financeiros do Banco.

### Risco de mercado

O risco de mercado representa a possibilidade de existir uma depreciação no valor de instrumentos financeiros originada por variações nas condições de mercado e nos preços desses mesmos instrumentos.

O conceito de risco de mercado que engloba não apenas o risco de mercado normalmente associado à variação dos preços dos instrumentos financeiros, com impacto direto na valorização das posições do balanço, mas também o risco proveniente de movimentos nas taxas de câmbio inerente às posições cambiais geradas pela existência de instrumentos financeiros denominados em diferentes moedas - risco cambial - e o risco proveniente de movimentos nas taxas de juro resultando de desfasamentos no montante, nas maturidades ou nos prazos de refixação das taxas de juro observados nos instrumentos financeiros com juros a receber e a pagar - risco de taxa de juro.

Para qualquer uma destas categorias, a Sociedade incorpora processos de gestão do risco específicos que estabelecem a realização de iniciativas periódicas de

monitorização da evolução dos fatores de risco significativos e de reporte de potenciais impactos que sejam avaliados e mensurados. Para o efeito, a Sociedade estabeleceu mecanismos de quantificação do risco que lhe permitem efetuar uma monitorização diária do risco de mercado e incluir temas específicos, sempre que se justifique, ao nível dos comités de Crédito e ALCO do Banco Privado Atlântico-Europa, S.A..

Risco cambial

Os saldos em diferentes divisas e as transações efetuadas em moeda estrangeira são diariamente monitorizados e controlados pela Direção de Mercados Financeiros, pela Direção de Contabilidade e Controlo de Gestão e pela Direção de Risco do Banco Privado Atlântico-Europa, S.A..

A moeda estrangeira com maior expressão no balanço da Sociedade é o dólar norte-americano, sendo residual a exposição cambial e as transações efetuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2013, os instrumentos financeiros do Banco apresentavam a seguinte composição por moeda, por rubrica de balanço:

	2013			Total
	Moeda			
	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras Moedas	
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.114.215	25.777	11.886	12.151.878
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.929.587	27.329.135	611.981	31.870.703
Activos financeiros detidos para negociação	67.384	10.296	-	77.680
Activos financeiros disponíveis para venda	199.343.635	8.672.005	-	208.015.640
Aplicações em instituições de crédito	25.673.785	58.482.911	2.398.961	86.555.657
Crédito a clientes	41.173.395	32.043.381	-	73.216.776
Outros elementos do activo	13.391.233	59.376	687	13.451.296
<b>Total do Activo</b>	<b>295.693.234</b>	<b>126.622.881</b>	<b>3.023.515</b>	<b>425.339.630</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de Bancos centrais	130.012.361	36.265.499	-	166.277.860
Passivos financeiros detidos para negociação	215.670	10.202	-	225.872
Recursos de outras instituições de crédito	33.382.074	74.630.000	438.605	108.450.679
Recursos de clientes e outros empréstimos	29.963.251	63.560.465	2.468.580	95.992.296
Outros elementos do passivo	53.541.071	(47.974.876)	116.328	5.682.523
<b>Total do Passivo</b>	<b>247.114.427</b>	<b>126.491.290</b>	<b>3.023.513</b>	<b>376.629.230</b>
Total do Capital próprio	48.710.400	-	-	48.710.400
<b>Total Capital Próprio e Situação Líquida</b>	<b>295.824.827</b>	<b>126.491.290</b>	<b>3.023.513</b>	<b>425.339.630</b>

Em 31 de Dezembro de 2012, os instrumentos financeiros da Sociedade apresentavam a seguinte composição por moeda, por rubrica de balanço:

	2012			Total
	Moeda			
	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras Moedas	
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.984.467	86.683	593	6.071.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(1.507.838)	5.228.986	139.802	3.860.950
Activos financeiros disponíveis para venda	189.140.410	-	-	189.140.410
Aplicações em instituições de crédito	25.902.415	39.267.058	-	65.169.473
Crédito a clientes	30.244.457	18.863.676	-	49.108.133
Outros elementos do activo	11.520.054	592.577	895	12.113.526
<b>Total do Activo</b>	<b>261.283.965</b>	<b>64.038.980</b>	<b>141.290</b>	<b>325.464.234</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de Bancos centrais	127.032.583	-	-	127.032.583
Passivos financeiros detidos para negociação	826.821	-	-	826.821
Recursos de outras instituições de crédito	7.782.716	50.527.740	151.199	58.461.655
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.318.600	72.993.568	-	88.312.168
Outros elementos do passivo	2.871.425	-	-	2.871.425
<b>Total do Passivo</b>	<b>153.832.145</b>	<b>123.521.308</b>	<b>151.199</b>	<b>277.504.652</b>
Total do Capital próprio	47.959.582	-	-	47.959.582
<b>Total Capital Próprio e Situação Líquida</b>	<b>201.791.727</b>	<b>123.521.308</b>	<b>151.199</b>	<b>325.464.234</b>

*Risco de taxa de juro*

A gestão do risco de taxa de juro tem como objetivo minimizar o impacto de potenciais variações das taxas de juro nos resultados da Sociedade.

Na definição de produtos e na contratação de operações é tido em linha de conta o perfil de maturidades do balanço da Sociedade, procurando alcançar-se um equilíbrio ao nível dos prazos contratualizados e das taxas e indexantes considerados, no sentido de adequar os *spreads* a propor face aos custos de financiamento incorridos pela Sociedade.

Adicionalmente, na monitorização do risco de taxa de juro, é avaliada a forma como variações no valor das taxas impactam o valor económico do balanço da Sociedade ou a sua margem de juros.

Em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com a metodologia utilizada na Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 p.b. teria um impacto na situação líquida de -6.59% e um impacto acumulado de 9,55% da Margem de Juros, considerando que se exclui da análise os recursos do Banco Central Europeu e os respetivos investimentos dados como colateral.

Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis á taxa de juro	-3.007
Fundos Próprios	45.608
Impacto na situação líquida/Fundos Próprios	-6,59%
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	826
Margem de juros	8.646
Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano em percentagem da Margem de Juros	9,55%

A gestão deste risco é igualmente um dos principais temas abordados em sede análise ALCO, sendo esse o principal fórum de decisão sobre iniciativas de mitigação ou de alinhamento de estratégia na gestão do risco de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2013, a exposição ao risco de taxa de juro (excluindo juros a receber e a pagar e comissões associadas ao custo amortizado) apresentava a seguinte composição:

2013				
	Sem taxa	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	12.151.878	-	12.151.878
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	31.870.703	-	31.870.703
Activos financeiros disponíveis para venda	-	77.680	-	77.680
Aplicações em instituições de crédito	-	203.834.670	2.500.000	206.334.670
Crédito a clientes	-	86.579.407	-	86.579.407
Outros elementos do activo	75.456	4.962.038	69.180.970	74.218.464
	<b>75.456</b>	<b>339.476.376</b>	<b>71.680.970</b>	<b>411.232.802</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de Bancos centrais	-	166.255.529	-	166.255.529
Passivos financeiros detidos para negociação	-	225.872	-	225.872
Recursos de outras instituições de crédito	13.765.284	94.502.003	-	108.267.287
Recursos de clientes e outros empréstimos	40.259.503	51.201.450	4.475.136	95.936.089
	<b>54.024.787</b>	<b>312.184.854</b>	<b>4.475.136</b>	<b>370.684.777</b>
<b>GAP</b>	<b>(53.949.331)</b>	<b>27.291.522</b>	<b>67.205.834</b>	<b>40.548.025</b>

Em 31 de Dezembro de 2012, a exposição ao risco de taxa de juro (excluindo juros a receber e a pagar e comissões associadas ao custo amortizado) apresentava a seguinte composição:

2012			
	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.071.742	-	6.071.742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.860.950	-	3.860.950
Activos financeiros disponíveis para venda	183.844.383	5.296.027	189.140.410
Aplicações em instituições de crédito	65.160.270	-	65.160.270
Crédito a clientes	44.900	49.740.891	49.785.791
Total do Activo	<b>258.982.245</b>	<b>55.036.918</b>	<b>314.019.163</b>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	127.000.000	-	127.000.000
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	826.821	-	826.821
Recursos de outras instituições de crédito	47.270.295	10.975.982	58.246.277
Recursos de clientes e outros empréstimos	80.172.435	7.591.703	87.764.137
Total do Passivo	<b>255.269.551</b>	<b>18.567.685</b>	<b>273.837.235</b>
<b>GAP</b>	<b>3.712.694</b>	<b>36.469.233</b>	<b>40.181.928</b>

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros, a Sociedade recorre sempre que possível a cotações de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos baseados em determinados pressupostos que dependem do funcionamento dos instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excecionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os ativos são valorizados ao custo histórico e sujeitos a testes de imparidade.

Relativamente à determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros da Sociedade, importa realçar as seguintes considerações:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: dado o carácter de curto prazo destes ativos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de Bancos Centrais”: o apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são atualizados os “cash-flows”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro aplicada, a Sociedade considera que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico daquelas operações não seja significativa;
- “Crédito a clientes”: a Sociedade considera que, uma vez que as operações de crédito em carteira são recentes, e uma vez que não existe histórico de incumprimento ou uma ocorrência significativa de situações de crédito vencido, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativo;
- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. As operações em carteira com prazos superiores a um ano não representam um peso materialmente significativo.

Em 31 de Dezembro de 2013 o justo valor dos instrumentos financeiros detidos pela Sociedade foi aprovado como segue:

Tipo de Instrumento Financeiro	Activos valorizados ao custo de aquisição	<u>Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor</u>			Total
		Cotações em mercado Activo [Nível 1]	<u>Técnicas de valorização baseadas em:</u> Dados de mercado [Nível 2]      Outros [Nível 3]		
<b>Activos</b>					
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	77.680	-	77.680
Activos financeiros disponíveis para venda	24.768.064	-	181.566.606	-	206.334.670
<b>Passivos</b>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	225.872	-	225.872

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados ativos e com cotações executáveis divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado. Inclui ainda instrumentos valorizados tendo por base cotações indicativas fornecidas por contribuidores externos ao Banco.

- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

No quadro, os ativos valorizados ao custo de aquisição correspondem essencialmente a operações de papel comercial (Nota 3.4), para as quais, dado o reduzido prazo das operações, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não é significativa.

## 7. FUNDOS PRÓPRIOS

Na gestão dos fundos próprios, o Grupo mantém uma política conservadora, garantindo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. A Sociedade mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Grupo são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisadas as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Grupo são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Sociedade apresentava níveis confortáveis de solvabilidade, conforme apresentado a seguir:

	(m Euros)				
Fundos Próprios	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Total Fundos Próprios</b>	17.925	18.629	29.941	29.628	47.158
<b>Fundos Próprios Base</b>	17.885	18.570	29.941	29.628	47.158
Capital Realizado	18.000	18.000	35.000	35.000	50.000
Outros Instrumentos Equiparáveis a Capital	1.250	4.000	-	-	-
Resultados dos anos anteriores	(4)	(1.180)	(2.848)	(4.333)	(3.873)
Resultados Provisórios do Exercício em curso	(1.176)	(1.655)	(1.484)	460	1.609
Activos Intangíveis	(190)	(595)	(727)	(534)	(448)
Impostos diferidos activos não aceites	-	-	-	(965)	(131)
<b>Fundos Próprios Complementares - Upper Tier 2</b>	<b>40</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fundos Próprios de Referência para limites de Grandes Riscos</b>	17.885	18.629	29.941	29.628	47.158
<b>Requisitos para Fundos Próprios</b>	<b>1.070</b>	<b>1.400</b>	<b>9.799</b>	<b>10.842</b>	<b>14.221</b>
Requisitos Risco de Crédito - Método Padrão	805	1.101	8.315	9.393	11.894
<i>Instituições e Carteira Própria</i>	424	566	6.733	1.797	2.495
<i>Empresas</i>	317	418	1.425	7.001	8.634
<i>Carteira de Retalho</i>	-	41	90	237	348
<i>Outros Elementos</i>	64	76	67	357	417
Risco de Liquidação	-	30	156	-	-
Requisitos de Fundos Próprios para riscos de posição, cambiais e mercadorias	-	4	253	209	339
Requisitos de Fundos Próprios para Risco Operacional	265	265	1.075	1.239	1.988
<b>Activos Ponderados</b>	<b>13.375</b>	<b>17.500</b>	<b>122.488</b>	<b>135.525</b>	<b>177.766</b>
<b>Rácio de Requisito de Fundos Próprios</b>	<b>134,0%</b>	<b>106,5%</b>	<b>24,4%</b>	<b>21,9%</b>	<b>26,5%</b>
Tier I	133,7%	106,1%	24,4%	21,9%	26,5%
Tier II	0,2%	0,3%			





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

### **Introdução**

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 do **Atlântico Europa SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 425.368.717 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 48.709.217 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade de 1.609.294 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### **Responsabilidades**

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
  - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



## Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
  - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Atlântico Europa SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



### **Ênfase**

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 terem sido examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase, datada de 12 de Setembro de 2013. A nossa nomeação como revisores ocorreu em 25 de Setembro de 2013 para efectuarmos a revisão legal das contas para o período de 2013.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 28 de Maio de 2014

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
CONTAS INVIDIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Exercício de 2013**

O presente relatório da actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2013 foi elaborado tendo em vista o cumprimento do estipulado no artigo 420.º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

**1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE DO CONSELHO FISCAL RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2013**

Durante o ano de 2013 o Conselho Fiscal, efectuou duas reuniões.

As reuniões realizadas permitiram efectuar o acompanhamento directo da evolução da actividade do Banco, prestando especial atenção à observância do estipulado no contrato de sociedade, nos regulamentos e disposições legais vigentes.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, durante o ano de 2013 o Conselho Fiscal desenvolveu várias actividades, de que se destacam as seguintes:

- 1.1. Zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente
- 1.2. Certificar-se da prossecução dos objectivos fundamentais fixados em matéria de controlo interno e gestão de riscos pelo Banco de Portugal, nas directivas de supervisão dirigidas às instituições de crédito e sociedades financeiras
- 1.3. Verificar a adequação e supervisionar o cumprimento das políticas, dos critérios e das práticas contabilísticas adoptadas e a regularidade dos documentos que lhes servem de suporte

Nomeadamente em relação aos resultados reportados no final do ano de 2013 pela Atlântico Europa, SGPS, S.A., o Conselho Fiscal procedeu à análise dos resultados e das conclusões dos procedimentos de revisão das demonstrações financeiras levadas a cabo pelo Revisor Oficial de Contas, bem como as informações oportunamente prestadas relativamente às práticas contabilísticas.



**1.4. Acompanhar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pela sociedade**

Para o efeito, o Conselho acompanhou a preparação da documentação, ao longo do ano, tendo reunido com a responsável de contabilidade e controle de gestão para obter informação mais detalhada sobre a elaboração e o fecho de contas.

Para além da análise dos documentos relativos à certificação legal individuais, reuniu com o Revisor Oficial de Contas para acompanhar o trabalho por este desenvolvido e identificar eventuais dúvidas que se lhe tivessem deparado quando das análises que efectuou.

**1.5. Acompanhar as acções fiscalizadoras do Banco de Portugal e da Inspeção Geral de Finanças realizadas à sociedade**

Durante o ano de 2013 não existiram acções fiscalizadoras do Banco de Portugal.

**1.6. Avaliar os procedimentos operacionais, tendo em vista certificar-se da existência de uma gestão eficiente das respectivas actividades**

**1.7. Dar parecer sobre o relatório, contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração**

Nos termos da alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal, para além de reuniões para análise detalhada das contas com:

- Responsável pela contabilidade e controle de gestão e;
- Revisor Oficial de Contas,

Examinou:

- o balanço com referência a 31 de Dezembro de 2013, as demonstrações dos resultados, os fluxos de caixa e de alterações no capital próprio e o respectivo anexo;
- o relatório de gestão preparado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2013;
- a certificação legal das contas e relatório de auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, que mereceu o seu acordo.



**2. PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa quanto à aplicação de resultados, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Aprovado em reunião realizada em 29 de Maio de 2014.



---

(Mário Almeida)



---

(José Maria Francisco Wanassi)



---

(Isménio Macedo)